

FACULDADE DE DIREITO  
DA  
UNIVERSIDADE DO RECIFE

PROGRAMA DE ENSINO  
DAS  
1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> CADEIRAS  
DO 2.<sup>o</sup> ANO

RECIFE 1963



**PROGRAMA DE DIREITO CIVIL**  
**PRIMEIRA CADEIRA DO 2.º ANO**

**1.º Ponto**

Conceito e objeto do direito civil. Sua importância. Posição do direito civil no quadro geral do direito. Unidade e pluralidade do direito privado.

**2.º Ponto**

Origem e desenvolvimento do direito civil. O direito civil brasileiro, evolução e fontes. O Código Civil Brasileiro, sistema e conteúdo. O direito civil no momento atual. Reforma do Código Civil.

**3.º Ponto**

Doutrina das fontes do direito. Generalidades. Enumeração.

**4.º Ponto**

A lei. Conceito e requisitos. Formação da lei. Prazo de obrigatoriedade. Revogação. As diferentes espécies de lei.

**5.º Ponto**

O direito consuetudinário. Conceito, importância e fundamento. Requisitos e prova.

**6.º Ponto**

Fontes impróprias do direito: a jurisprudência e a doutrina. Os princípios gerais do direito.

**7<sup>a</sup> Ponto**

Aplicação e interpretação do direito. Integração do direito. Analogia.

**8.º Ponto**

Limites da lei no tempo. Dos princípios da retroatividade e da irretroatividade do direito. Direito adquirido.

**9.º Ponto**

Limites da lei no espaço. Direito Internacional Privado:— princípios consignados no Código Civil.

**10.º Ponto**

O direito subjetivo, conceito. Elementos constitutivos. O dever jurídico. A relação jurídica.

**11.º Ponto**

Espécies e qualidades dos direitos subjetivos.

**12.º Ponto**

Do sujeito do direito. Conceitos gerais. Personalidade. Pessoas físicas e pessoas jurídicas. Elementos da personalidade.

**13.º Ponto**

Das pessoas físicas. Existência e capacidade.

**14.º Ponto**

Dos estados e condições juridicamente relevantes das pessoas físicas.

**15.º Ponto**

Do nome civil.

**16.º Ponto**

Do domicílio e da residência.

**17.º Ponto**

Extinção da pessoa física. Morte. Ausência.

**18.º Ponto**

Os atos e registros do estado civil.

**19.º Ponto**

Das pessoas jurídicas. Conceito, natureza e elementos. — Classificação.

**20.º Ponto**

Das sociedades ou associações civis. Constituição, personalidade, capacidade, administração e extinção.

**21.º Ponto**

Das fundações. Constituição, personalidade, capacidade, a administração e extinção.

**22.º Ponto**

Registro civil e domicílio das pessoas jurídicas.

**23.º Ponto**

Do objeto do direito. Generalidades. Conceito jurídico de cousa.

**24.º Ponto**

Distinção das cousas, quanto às suas qualidades.

**25.º Ponto**

Comercialidade das cousas. Divisões das cousas.

**26.º Ponto**

Das relações das cousas entre si. Cousas singulares e coletivas. Cousas principais e accessórias. Pertinências. Frutos.

**27.º Ponto**

O patrimônio. Conceito jurídico do patrimônio. A herança. Patrimônios separados, e patrimônios coletivos. A empresa.

**28.º Ponto**

Do bem de família.

**29.º Ponto**

Do nascimento, extinção e modificações dos direitos.

**30.º Ponto**

Dos fatos jurídicos. Atos jurídicos. Negócios jurídicos. Conceito e classificação.

**31.º Ponto**

Elementos essenciais do negócio jurídico.

**32.º Ponto**

Da forma dos negócios jurídicos e sua prova.

**33.º Ponto**

Elementos acidentais do negócio jurídico: condição, termo e encargo. Teoria da pressuposição.

**34.º Ponto**

Da representação nos negócios jurídicos.

**35.º Ponto**

Dos defeitos dos negócios jurídicos. Erro, dolo, coação, simulação e fraude contra os credores.

**36.º Ponto**

Invalidade dos negócios jurídicos. Nulidade e anulabilidade. Ratificação e conversão.

**37.º Ponto**

Dos atos ilícitos. Dolo e culpa. Responsabilidade sem culpa.

**38.º Ponto**

Influência do tempo sobre as relações jurídicas. Da prescrição, conceitos, espécies, fundamentos, alegação, renúncia e efeito. Causas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição. Prazos da prescrição. Da decadência.

**39.º Ponto**

Exercício, proteção e segurança dos direitos. Generalidades. Auto-defesa e ação direta.

**40.º Ponto**

Do direito das obrigações. Conceito romano e moderno da obrigação. Elementos da obrigação.

**41.º Ponto**

Das obrigações naturais ou imperfeitas.

**42.º Ponto**

Das obrigações positivas de dar. Prestações de dinheiro. — Prestações de interesses e de indenização.

**43.º Ponto**

Das obrigações positivas de fazer e negativas de não fazer.

**44.º Ponto**

Das obrigações conjuntas, genéricas, alternativas e facultativas.

**45.º Ponto**

Das obrigações divisíveis e indivisíveis.

**46.º Ponto**

Das obrigações solidárias. Teorias sôbre a solidariedade. Solidariedade ativa e solidariedade passiva. Causas e efeitos da solidariedade. Regresso.

**47.º Ponto**

Da transmissão das obrigações. Transmissibilidade ativa e passiva.

**48.º Ponto**

Da cessão de créditos.

**49.º Ponto**

Sucessão particular nos débitos.

**50.º Ponto**

Tutela e garantia dos créditos. Meios de refôrço e garantia. Medidas conservatórias. Execução forçada.

**51.º Ponto**

Dos modos de extinção das obrigações. Pagamento. Pessoas que podem pagar, e receber. Objeto, lugar, tempo e prova do pagamento.

**52.º Ponto**

Do pagamento indevido. Do pagamento por consignação e com subrogação. Da imputação do pagamento. Doação em pagamento.

**53.º Ponto**

Conceito e história da novação. Suas espécies, seus requisitos e efeitos.

**54.º Ponto**

Conceito e história da compensação. Suas espécies, seus requisitos e efeitos.

**55.º Ponto**

Da transação, Conceito e história. Requisitos e efeitos. Do compromisso.

**56.º Ponto**

Da confusão e da remissão de dívidas.

**57.º Ponto**

Da inexecução das obrigações. Impossibilidade da prestação. Caso fortuito e força maior. Obrigação de indenizar. Perdas e danos. Nexo causal.

**58.º Ponto**

Da mora. Requisitos e efeitos da mora do devedor. Da mora do credor. Mora e culpa. Juros.

Faculdade de Direito do Recife, em 31 de dezembro de  
1962.

(a) **Dr. Mário Neves Baptista**  
Professor catedrático

2.<sup>a</sup> CADEIRA DO 2.<sup>o</sup> ANO  
PROGRAMA DE DIREITO PENAL

1. Conceito do crime.
2. Sujeitos do crime.
3. Essência do crime. Objeto jurídico do crime.
4. Tipicidade. Punibilidade.
5. Antijuricidade.
6. Elementos do crime.
7. Elementos externos do crime. Atividade.
8. Ação.
9. Omissão.
10. Elementos externos e especiais do crime. Resultado. Objeto material. Instrumentos do crime. Outros elementos especiais.
11. Causalidade.
12. Elementos internos do crime. Culpabilidade.
13. Dolo.
14. Culpa.

15. Elementos internos e especiais do crime. Elementos referentes ao sujeito ativo. Elementos referentes ao sujeito passivo.
16. Imputabilidade.
17. Ausência dos elementos externos do crime. Caso fortuito, força maior. Coação física. Falta nos tipos penais objetivos.
18. Ausência dos elementos internos do crime. Erro, obediência hierárquica. Coação moral. Falta nos tipos penais subjetivos.
19. Negação da antijuricidade.
20. Exercício regular do direito. Estrito cumprimento de dever legal.
21. Estado de necessidade.
22. Legítima defesa.
23. Circunstâncias do crime.
24. Tentativa.
25. Co-autoria.
26. Concursos de crimes.
27. Conceito da pena.
28. Essência da pena.
29. Classificação das penas.
30. Penas principais.
31. Penas acessórias.

32. Suspensão condicional da pena.
33. Livramento condicional.
34. Efeitos da condenação.
35. Extinção da punibilidade.
36. Periculosidade.
37. Medidas de segurança.
38. Ação penal.
39. A Lei penal.
40. Interpretação da lei penal.
41. Aplicação da lei penal.
42. História do Direito Penal.
43. História do Direito Penal Brasileiro.
44. Filosofia do Direito Penal — conceito do direito penal.
45. Filosofia do Direito Penal — método do direito penal.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife,  
janeiro de 1963.

**Prof. Everardo da Cunha Luna**  
Catedrático



### 3.<sup>a</sup> CADEIRA DO 2.<sup>o</sup> ANO

1. Conceito, objeto e tendências do Direito Constitucional.

#### I

#### **O princípio da supremacia da constituição**

2. Realidade social e constituição.
3. Conceito de constituição.
4. Tipos de constituição.
5. Do poder constituinte.
6. Origem das constituições.
7. As constituições modernas.
8. História constitucional brasileira. A constituição de 1946.
9. O princípio da supremacia da constituição e o problema da sua reforma, emenda ou revisão. O modelo brasileiro.
10. O princípio da supremacia da constituição e o controle da constitucionalidade das leis. A técnica brasileira.

#### II

#### **O princípio democrático**

11. Formas de govêrno.

12. O conceito da democracia.
13. Tipos de democracia.
14. Formação histórica e desenvolvimento da democracia.
15. O regime representativo.
16. O bicameralismo.
17. O regime diretorial.
18. O parlamentarismo. O parlamentarismo brasileiro.
19. O presidencialismo. O presidencialismo brasileiro.
20. Os sistemas eleitorais. O sistema eleitoral brasileiro.
21. Os partidos políticos. Os partidos no Brasil.

### III

#### O princípio do federalismo

22. O conceito do Estado.
23. O conceito do Estado Federal.
24. Origem do Estado Federal.
25. Regime das relações entre a União e os Estados-membros.
26. Intervenção federal.
27. Discriminação de competências no sistema federal. O sistema brasileiro.

IV

**O princípio liberal**

28. O conceito de liberdade.
29. As Declarações de Direitos e suas garantias constitucionais.
30. A separação de poderes.
31. O estado de sítio.
32. O direito de revolução.

V

**O princípio socialista**

33. O conceito do socialismo.
34. A igualdade diante da lei.
35. A legislação anti-trust e o imposto progressivo sobre a renda.
36. Legislação do trabalho.
37. Planificação social.
38. O sindicalismo.
39. A reforma agrária.
40. Socialização dos meios de produção.

VI

**O governo presidencial na constituição brasileira de 1946**

41. Do poder legislativo. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal.
42. As imunidades parlamentares.
43. As comissões parlamentares.
44. O orçamento.
45. Do poder executivo e seus órgãos.
46. A sanção e o veto.
47. Do impeachment.
49. Do poder judiciário e seus órgãos.
49. Atribuições e competências do Supremo Tribunal Federal. Recurso extraordinário.
50. A justiça especial.
51. A justiça dos Estados.
52. O Ministério Público.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife,  
janeiro de 1963.

(a) **Luiz Pinto Ferreira**  
Prof. Catedrático.

#### 4.<sup>a</sup> CADEIRA DO 2.<sup>o</sup> ANO

### CIÊNCIA DAS FINANÇAS

#### INTRODUÇÃO

1. Ação econômica do Estado. Necessidades coletivas. Atividade financeira: caracteres e limites.
2. Ciência das Finanças, conceito. Leis financeiras. Os problemas da ciência das finanças.
3. Os métodos lógicos e a ciência das finanças. Método dedutivo, seu valor e aplicação. A indução. Indução histórica e indução estatística. O método das aproximações sucessivas.
4. Fenômeno financeiro. Teorias Econômicas e doutrinas sócio-políticas na sua interpretação.
5. Ciência das Finanças e Economia Política. Relação da Ciência das Finanças com outras ciências sociais. Direito Financeiro. Política Financeira. Direito Tributário.
6. Desenvolvimento histórico da Ciência das Finanças. Li-
7. Literatura nacional em matéria econômico-financeira. Literatura antiga e medieval. Literatura estrangeira contemporânea.

**1.<sup>a</sup> Parte**

**DESPESA PÚBLICA**

8. Despesa pública, seu conceito e limites. Despesa pública e despesa privada.
9. Despesa pública, sua classificação. Despesas ordinárias e extraordinárias. Despesas federais, estaduais e municipais.
10. A progressão das despesas públicas. Tendências e teorias. Fatores do aumento. Aumento nominal e aumento real. A compressão das despesas. Financiamento das despesas públicas.
11. Principais categorias de firmas concretas de despesas públicas. Despesas constitucionais, da dívida pública, da defesa, da justiça e da educação e instrução.
12. Despesas com o funcionalismo público, com o desenvolvimento da produção e despesas relativas aos serviços de assistência.

**2.<sup>a</sup> Parte**

**RECEITA PÚBLICA**

13. Receita pública, seu conceito. Evolução das receitas. do Estado. Classificação. Receitas ordinárias e extraordinárias.
14. As receitas ordinárias de direito privado. Domínio do Estado. Domínio privado do Estado. Domínio da União e dos Estados na Federação. A propriedade territorial do Estado e sua exploração. As florestas. As minas.
15. Receitas do domínio industrial e comercial. As ferrovias Correios e Telégrafos. A Imprensa Nacional. Bancos. Loteria.

16. As receitas ordinárias de direito público; as taxas. as contribuições especiais, os impostos.
17. Natureza e elementos da taxa. Quantitativo das taxas.
18. As taxas, sua classificação. Sistema de taxas. As principais taxas cobradas no Estado moderno. Processos de cobrança.
19. Contribuição especial. Conceito e fundamento.
20. Parafiscalidade.
21. Impôsto. Terminologia fiscal. Natureza e elementos do impôsto. Função e fundamento do impôsto.
22. Princípios técnicos e jurídicos do impôsto. Cânones de tributação. Justiça no impôsto. Generalidades e universalidade do impôsto. A uniformidade oficial. O princípio de igualdade. Isenção fiscal.
23. Postulados econômicos e financeiros do impôsto.
24. Princípios administrativos do impôsto.
25. A bi-tributação. Dupla tributação internacional.
26. Classificação dos impostos. Impôsto direto e indireto. Impôsto real e pessoal. Impôsto proporcional e progressivo.
27. O problema dum sistema racional de impôsto. Impôsto único e sistema de múltiplos impostos. Sistemas reais, pessoais e mistos. Impostos nos Estados unitários e nas formas federativas.
28. Evolução do impôsto. A transformação dos sistemas fiscais.

29. Efeitos do impôsto. Efeitos psicológicos, morais e políticos. Efeitos econômicos e financeiros. Incidência e translação do impôsto. A amortização e capitalização do impôsto. Evasão fiscal.
30. Pressão fiscal, seu conceito.
31. Interpretação e aplicação das normas jurídicas impositivas.
32. Contencioso fiscal.
33. Política fiscal. Fins da política fiscal.

### 3.<sup>a</sup> Parte

#### SISTEMA TRIBUTARIO BRASILEIRO

34. O sistema tributário brasileiro, sua evolução. Imposição do Brasil dos tempos coloniais e do Império.
35. Regimen tributário da República. A distribuição dos impostos no regimen da Constituição de 24 de fevereiro de 1891, 16 de julho de 1934, 10 de novembro de 1937 e 18 de setembro de 1946.
36. Organização atual do sistema tributário brasileiro. Impôsto da União, dos Estados e dos Municípios. Falhas do nosso sistema impositivo.
37. Direitos aduaneiros: impôsto de exportação e de importação.
38. Da renda, seu conceito. Renda tributável. Impôsto de renda e caracteres. Sistemas de impôsto de renda.
39. Impôsto de renda no Brasil.

40. Impôsto de consumo. Justiça e elasticidade no impôsto de consumo. Impôsto de consumo sôbre objetos considerados de luxo.
41. Impôsto de consumo no Brasil. Arrecadação e fiscalização. Penalidade e recursos.
42. Impôsto do sêlo, seu fundamento. O impôsto de sêlo no Brasil: arrecadação, fiscalização, isenção, multas e recursos.
43. Impôsto sôbre a propriedade territorial. Bases e processos de fixação de seu assento. Impôsto territorial no Brasil. O impôsto predial. Impôsto predial no Recife.
44. Impôsto de transmissão de propriedade inter-vivos.
45. Impôsto de sucessão sua evolução. A transmissão de propriedade causa-mortis e sua tributação pelos Estados da Federação. Impôsto de sucessão em Pernambuco.
46. Impôsto de indústria e profissão.
47. Impôsto sôbre vendas e consignações.

#### 4.<sup>a</sup> Parte

#### RECEITAS EXTRAORDINARIAS — CRÉDITO PÚBLICO

48. Do crédito público. Natureza e princípios.
49. Dívida pública, noção e finalidade. Principais espécies de dívida pública. Dívida flutuante e dívida consolidada.
50. Empréstimo. Empréstimo externo e interno. Empréstimo forçado, voluntário e patriótico, perpétuo e amortizável. Negociação de empréstimo.
51. Efeitos econômicos dos empréstimos públicos.

52. Administração das dívidas do Estado sob o ponto de vista técnico-financeiro. Amortização; conversão e consolidação da dívida pública. A bancarrota e a concordata.
53. Dívida pública brasileira. O serviço da dívida pública. Dívida da União, dos Estados e dos Municípios.
54. Finança de guerra. Dívida de guerra, sua significação. Impôsto e empréstimo em tempo de guerra. A emissão de papel moeda para financiamento de guerra.
55. Impôsto sôbre os lucros extraordinários e impôsto de emergência sôbre o capital.

### 5.<sup>a</sup> Parte

#### ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA — ORÇAMENTO

56. Noção de orçamento. Sua importância. Aspectos jurídico, político e financeiro do orçamento.
57. Direito orçamento; sua evolução na Inglaterra, Estados Unidos, França.
58. Direito orçamentário nacional.
59. Preparação do orçamento. Poder encarregado do preparo. Regras de organização orçamentária. Método de avaliação das despesas e sistemas de estimação das receitas.
60. Equilíbrio orçamentário. Saldos e déficits. Meios para assegurar o equilíbrio orçamentário efetivo. Requisitos dum bom orçamento.
61. Votação do orçamento. Os poderes do Congresso. Restrições à iniciativa parlamentar em matéria de gastos. Duração do orçamento. Contas de exercícios e de gestão. Conteúdo do orçamento.

62. Execução do orçamento. Registro de tabelas explicativas. Distribuição dos créditos.
63. Execução do orçamento. Estágio da despesa: empenho, liquidação e pagamento.
64. Inexistência de verba, insuficiência das verbas vedadas. A abertura de créditos especiais. Os créditos extraordinários.
65. O contrôle dos gastos públicos. As contas e sua publicidade e fiscalização. Fiscalização administrativa e legislativa.
66. O Tribunal de Contas e sua ação fiscalizadora da administração financeira.
67. O patrimônio público e sua guarda. Inventário dos bens nacionais. O tesouro nacional em função da administração financeira do país.
68. As finanças dos Estados e Municípios, no Brasil, problema de coordenação das Finanças na Federação.
69. Política financeira e política monetária nacionais. Exposição crítica da situação das finanças brasileiras. Finanças nacionais no regimen monárquico. Finanças nacionais no regimen republicano. O inflacionismo.
70. Legislação financeira do Brasil. O Código de Contabilidade pública e sua reforma. A Codificação financeira para os Estados e Municípios. A Codificação tributária da União. O Código Tributário de Pernambuco. Código do Município do Recife.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife.

**Prof. Luis Sebastião Guedes Alcoforado**  
Catedrático.

5.<sup>a</sup> CADEIRA DO 2.<sup>o</sup> ANO

DIREITO COMERCIAL

SEÇÃO I

Ponto I

1. História do comércio.
2. Caracteres gerais do comércio.

Ponto II

3. Direito Comercial noção e conteúdo.
4. História do Direito Comercial — A organização corporativa dos comerciantes.
5. A Codificação do Direito Comercial.

Ponto III

6. Classificação do Direito Comercial no quadro geral do Direito.
7. O problema da unificação do Direito Privado.

Ponto IV

8. Fontes do Direito Comercial.

**Ponto V**

9. Os atos de comércio: conceito e divisão.
10. Os atos de comércio no direito brasileiro.
11. O conceito de empresa.

**SEÇÃO II**

**Ponto VI**

12. Sistemas para qualificação do comerciante: pessoa natural e pessoa jurídica.
13. Sistema brasileiro.

**Ponto VII**

14. O exercício do comércio pelos relativamente incapazes: o menor, a mulher casada, o interdito.
15. A proibição de comerciar.

**Ponto VIII**

16. Deveres do comerciante.
17. Firma comercial: composição e registro.
18. Os livros comerciais: formalidades intrínsecas e extrínsecas.
19. Fôrça probante e exibição dos livros comerciais.

**Ponto IX**

24. Sociedade de fato.

**Ponto XI**

25. Sociedade em nome coletivo.

**Ponto XII**

26. Sociedade em comandita simples.

**Ponto XIII**

27. Sociedade de capital e indústria.  
28. Sociedade em conta de participação.

**Ponto XIV**

29. Sociedade por quotas de responsabilidade limitada.

**Ponto XV**

30. Sociedade anônima: noção, origem e desenvolvimento.  
31. Pressupostos.  
32. Constituição.  
33. Sociedades que dependem de autorização do poder público.  
34. Formação do capital social e sua divisão em ações.  
35. Espécies de ações.  
36. Acionistas e seus direitos.  
37. Administração e fiscalização: assembléia geral, diretoria e conselho fiscal.

**Ponto XVI**

38. Sociedade em comandita por ações.

**Ponto XVII**

39. Transformação, fusão e incorporação de sociedades.

**Ponto XVIII**

40. Dissolução e liquidação das sociedades comerciais.

**SEÇÃO III**

**Ponto XIX**

41. O estabelecimento comercial, sua natureza jurídica.  
42. Sucursais, filiais, agências.  
43. O Ponto ou local do estabelecimento.  
44. O arrendamento de imóvel destinado a fins comerciais.  
45. Venda e penhor do estabelecimento comercial.

**Ponto XX**

46. Nome comercial.  
47. Emblemas, insígnias e letreiros.  
48. O título do estabelecimento.

**Ponto XXI**

49. Marcas de indústria e comércio.  
50. Inventos industriais. Patentes.

**Ponto XXII**

51. Concorrência desleal; sua repressão no direito brasileiro.

**Aulas Práticas e Exercícios Escolares**

- a) Visitas a estabelecimentos públicos e privados, de interesse da cadeira;
- b) redação de instrumentos de contratos e outros atos jurídicos;
- c) análise de jurisprudência;
- d) trabalhos de seminário;
- e) pesquisas científicas.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife,  
janeiro de 1963.

**Prof. Rodolfo de Albuquerque Araújo**  
Catedrático.









